



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016
p. 56-72.

Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos

Adriana Sales¹

Herbert de Proença Lopes²

William Siqueira Peres³

RESUMO: Este artigo propõe problematizar os processos de estigmatização vividos por travestis e transexuais, a despatologização e a formação em psicologia. Estes três eixos compõem os diálogos aqui propostos: as travestilidades e transexualidades; perspectivas políticas que pautem a despatologização como caminho para a construção do campo da saúde mental voltada a promoção de cidadania e a formação em psicologia ao considerar as práticas desenvolvidas neste campo, fundamentais para problematizarmos a construção da saúde coletiva de maneira ética e emancipatória. A partir da crise de paradigmas vivenciados na transcontemporaneidade, buscamos perspectivas *queer* que favoreçam considerar expressões de gêneros, sexualidades e desejos dissidentes aos modelos binários e normativos, que caminham na contramão dos processos de patologização. Procuramos pensar as práticas em Psicologia que, atravessadas por desafios ético-político-estéticos, possam resgatar seu viés emancipatório frente a estas realidades.

PALAVRAS-CHAVES: despatologização, psicologia, travestilidades e transexualidades, perspectivas *queer*.

Abstract: This article aims to problematize the stigmatization processes experienced by travestites and transexuals, the despathologization and the Psychology formation. These three axes compose the dialogues proposed in this text: the travestites and transexuals experiences; political perspectives that take the despathologization as a condition to construct the field of mental health focused on the promotion of citizenship; and the psychology formation, considering the practices developed in this field as basic conditions to problematize the collective health on an ethical and emancipatory way. From the crisis of paradigms experienced in transcontemporaneity, we search for queer perspectives that allow us to consider gender expressions, sexualities and desires that are dissident of binary and normative models, ways that go counter the pathologization process. We intend to think about the psychology practices, traversed by ethical-aesthetic-political challenges that may rescue its emancipatory bias when relating to these realities.

Keywords: despathologization, psychology formation, travestites and transexualities, queer perspectives.

Resumén: Este artículo se propone problematizar los procesos de estigmatización vividos por travestis y transexuales, la despatologización y la formación en psicología. Estos tres ejes componen los diálogos aquí propuestos: las travestilidades y transexualidades; perspectivas políticas que se basan en la despatologización como camino para la construcción del campo de la salud mental dirigidas a la promoción de la ciudadanía y la formación en psicología al considerar las prácticas desenvolvidas, en este campo fundamentales para la problematización de la construcción de la salud colectiva de forma ética y

¹ Travesti. Ativista social do movimento travesti no Brasil. Professora da rede pública no Estado de Mato Grosso. Mestre em Educação. Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da UNESP, Campus de Assis. E-mail: adriana.salesunesp@gmail.com

² Psicólogo formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), ator e mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da UNESP/Assis, Campus de Assis. E-mail: herbert.proenca@gmail.com

³ Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP/Assis; Doutor em Saúde Pública pelo IMS-UERJ e Pós-doutor em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidad de Buenos Aires. E-mail: pereswilliam@gmail.com

Recebido em 15/03/16

Aceito em 20/06/16

emancipatoria. Considerando la crisis de paradigmas vividos en la transcontemporaneidad, buscamos perspectivas *queers* que contribuyan para considerar expresiones de generos, sexualidades y deseos disidentes a los modelos binarios y normativos, que caminan a contracorriente de los procesos de patologización. Se intentará pensar las prácticas en Psicología que están atravesadas por desafíos éticos, políticos y estéticos, que se puedan resgatar sus direcciones emancipatorias frente a estas realidades.

Palabras clave: despatologización, psicología, travestilidades y transexualidades, perspectivas *queer*.

1. Introdução

Os estudos sobre as travestilidades e transexualidades nos permitem problematizar os processos de estigmatização vividos por essas expressões de vidas, a despatologização e a formação em psicologia. A partir desses três eixos desenhamos a problematização proposta neste artigo: as travestilidades e transexualidades; perspectivas políticas que pautem a despatologização como caminho para a construção do campo da saúde mental voltada à promoção de cidadania e a formação em psicologia. Em relação a essa última, consideramos as práticas desenvolvidas nesse campo fundamentais para problematizarmos a construção da saúde coletiva de maneira ética e emancipatória.

Esses processos envolvem elementos heterogêneos de complexidades que interferem nos direitos de acesso aos serviços de saúde integral nas demandas de travestis e transexuais. Tais fatores devem ser considerados, mais especificamente, no campo da saúde mental, como condições da promoção de equidade de direitos como preconizados pelos princípios orientadores do Sistema Único de Saúde, que garantam modos de atenção que contemplem as especificidades dessa população. Propomos dialogar sobre os processos de subjetivação, atravessados pelos dispositivos de exclusão que aumentam as condições de vulnerabilidades dessas pessoas, contrapondo os posicionamentos que as colocam sob o crivo patologizante.

A partir de perspectivas *queer* sobre os processos de produção de subjetividades, que se desenvolvem na transcontemporaneidade, buscamos elementos que favoreçam a desconstrução das classificações nosográficas pautadas em diagnósticos psiquiátricos, avançando assim na luta pela despatologização das expressões travestis e transexuais. Buscamos assim somar com posicionamentos ético/estético/políticos em favor do reconhecimento de seus direitos de cidadania e de acesso a serviços inclusivos de saúde mental e integral.

Essa proposta de diálogo atravessa as discussões que realizamos em nosso Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades – GEPS – da Universidade Estadual Paulista Julio de



Mesquita, Campus de Assis, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, via pesquisas em andamento em nível de mestrado e doutorado.

A primeira pesquisa, em nível de mestrado, em desenvolvimento, propõe o acompanhamento de processos de criação teatral desenvolvidos por um coletivo formado por travestis e transexuais da cidade de Londrina, no Paraná, buscando relações entre experimentações artísticas e processos de subjetivação, vivenciados pelas participantes do grupo. A segunda, em nível de doutoramento, cujo disparador é o diálogo com travestis das cinco regiões do país, lideranças no movimento organizado dessas pessoas, foca numa das pautas deste coletivo, que é o processo escolar e as relações com a produção de gêneros, corporalidades e sexualidades na escola. Tais experiências de pesquisa, aliadas aos estudos das travestilidades realizadas pelo terceiro autor desde 2005, e orientador dos dois projetos em curso, têm apresentado perspectivas de diálogos que se alinham na composição das problematizações aqui propostas.

2. Compendo o quadro

Como ponto de partida, propomos considerar os novos discursos e as novas figurações que emergem na contemporaneidade, assim como as profundas transformações nas relações de produção econômica e dos desejos em processos, que se desenvolvem paralelamente, de alteração de estruturas sociais e simbólicas que têm demandado novas perspectivas sobre os fenômenos da atualidade. Partilhamos da noção da transcontemporaneidade, expressa por Rosi Braidotti (2006), como forma de denominar os processos de crise dos paradigmas e das posições de sujeitas e sujeitos em ação na contemporaneidade, e como modo de favorecer o reconhecimento positivo de formas instáveis, descontínuas e múltiplas de subjetividades. A noção de transcontemporaneidade:

Indica uma transferência intertextual que atravessa fronteiras, transversal, no sentido de um salto desde um código, um campo ou um eixo a outro, não como um modo quantitativo de multiplicidades plurais, mas, no sentido qualitativo de multiplicidades complexas. Não se trata apenas de entretecer linhas, como variações de um tema, mas de interpretar a positividade da diferença como um tema específico em si mesmo. (BRAIDOTTI, 2006, p. 20, tradução nossa)

A emergência de novas expressões e figurações de existência, segundo propõe Braidotti (2006), se configura como um imperativo para teóricas e teóricos para re-conceberem sua própria situação e suas práticas dentro desse esquema complexo presentes na contemporaneidade. A crise de paradigmas, de valores morais, de posicionamentos éticos, políticos e estéticos representa uma



abertura para novas possibilidades de produção de conhecimentos/práticas, na medida em que exigem criatividade teórica e política. Novos projetos epistemológicos são atravessados por preocupações éticas sobre as marginalidades geradas e mantidas por modelos de dominação presentes no campo das ciências. Dessa forma, na intersecção proposta neste texto, confrontam-se as práticas e discursos presentes no campo das Psicologias.

Voltada ao estudo d@s sujeitos/sujeitas, subjetividade, psiquismo, e demais categorias que foram construídas historicamente, o campo das Psicologias apresenta-se, em sua maioria, marcado por um projeto epistemológico embasado pela reprodução de concepções acerca do indivíduo, compostas por vieses essencialistas, universalizantes e que denotam falta de historicidade nas considerações sobre a experiência humana.

Ao responder a tais modelos, de acordo com as problematizações apresentadas por Michel Foucault (1988), a Psicologia corrobora com as ações do bio-poder e de regulações biopolíticas, constituindo-se no eixo das relações de saber/poder, um dos vetores de manutenção de modelos regulatórios, de práticas excludentes e de discriminação. Nossas implicações éticas nos levam a fazer apostas em uma psicologia política e emancipatória de respeito e defesa das diferenças e seus direitos.

O campo de conhecimentos da psicologia, atravessado pela diversidade de perspectivas teórico-metodológicas acerca de seu objeto de estudo, todavia, carrega modos de fazer Psicologia compostos por posições normativas que, respaldadas em regimes de verdades reducionistas, elenca como modelos explicativos as versões universalizantes da subjetividade. Tais modelos servem como referência para práticas psicossociais que são, nos cotidianos, produtoras de violências existenciais, ao não considerar a multiplicidade da experiência das pessoas.

Ao voltarmos o olhar, como proposto por Wiliam Peres (2013), sobre as teorias e metodologias utilizadas em práticas em psicologias normativas, podemos observar que a maioria destas se encontra comprometida com a manutenção do sistema que produz expressões de sujeitas/sujeitos, de gêneros e sexualidades aceitas e tidas como normais, assim como exclui e nega o estatuto de existência às expressões dissidentes, aos desejos marginalizados e às formas de vida singulares como as expressas pelas travestilidades e transexualidades. E a partir deste compromisso assumido, vemos Psicologias:



[...] observar, classificar, esquadrihar, diagnosticar, trancafiar, tratar, curar e até produzir morte civil das pessoas que de alguma maneira tornaram-se dissidentes das ordens e modelos impostos como únicos, corretos e normais” (PERES, 2013, p. 56).

Nesse sentido, as patologias mais do que as potências e, desse modo, a doença mais do que a saúde, remontam a figurações e discursos que atravessam de maneira intensa os processos de formação em Psicologia, a exemplo das disciplinas presentes das matrizes curriculares dos cursos de formação na área. Efetuam, assim, exatamente o proposto por tais disciplinas: disciplinam os olhos, a escuta e os corpos de profissionais voltados ao enfoque da patologização de aspectos da experiência humana, na mesma medida em que legitimam certo lugar do profissional diante dessas composições, lugar demarcado por relações de poder/saber, resultado do conhecimento especializado. As práticas diagnósticas se mostram reveladoras, nesse sentido, pois demarcam o *ethos* que mobiliza a ação em tais experiências. Referem-se, de alguma maneira, às competências e habilidades exigidas do profissional (atuante ou em formação) em alocar expressões de vida em esquadrihações classificatórias que representem estados tidos como patológicos ou anormais.

As formas de composição das experiências subjetivas, assim como os processos de transformações humanas, adquirem outro caráter, se vistas a partir das potencialidades que são geradas por posições de resistências às formas dominantes de representação deste modelo. Tecem-se em redes de novos lineamentos na produção das subjetividades contemporâneas que, resgatadas em sua positividade, permitem que vislumbremos modos de criação, novas composições estéticas, constituições singulares, que reivindicam novos olhares, pois não podem ser encaixadas em identidades fixas, ou resultados de uma experiência totalizadora do ser.

Na tentativa de construir práticas de intervenção menos excludentes, que não atuem pelo policiamento das subjetividades e das instituições onde atua, acreditamos na necessidade de recorrer a princípios necessários à arte de criar modos de viver contrários aos fascismos, de priorizar as estilísticas das existências, como em Foucault (1993). Seguindo essa linha de problematização, afetados pelas provocações do autor, tal tarefa exige a libertação de velhas categorias de negação, como a falta, a castração, assim como a da patologia e anormalidade, que atravessam os olhares da psicologia, para dar lugar ao que é positivo e múltiplo. Outra abordagem de sujeitas e sujeitos, nômades, entram em cena e reivindicam os aspectos de processualidade constituintes desses modos de subjetivação (BRAIDOTI, 2000; FOUCAULT, 1993, DELEUZE; GUATARRI, 1997). Em consonância com Foucault:



Livrem-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou sagradas, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade (FOUCAULT, 1993, n.p.)

Sob a perspectiva da transcontemporaneidade, os referenciais e significados conceituais disponíveis para análise das relações humanas não se mostram mais adequados às complexidades que enredam tais processos de produção. Nesse sentido, as posições que favorecem uma visão da vida em seus fluxos de criação, insurgentes e que causam certo incômodo aos tradicionais edifícios conceituais, optamos por palavras que nos ajudam na descrição dessas formas em processo de criação. A partir das experiências de travestilidades e transexualidades, e embasados em perspectivas nômades de sujeitos e sujeitas, buscamos palavras como trânsito, mudança, transitoriedade, transformação, transgeneridade, entre outras, como recursos linguísticos com os quais constroem-se essas problematizações, mas também como forma de afirmar a positividade das concepções nômades de produção de sujeitos e sujeitas, dos processos desejanos e das subjetividades.

Nesse sentido, as posições de sujeitos e sujeitas postas em jogo trazem problematizações acerca das noções clássicas de indivíduos, comunidade, identificação e subjetividade, geradas a partir das críticas às epistemologias colonialistas e das ontologias afeitas aos essencialismos e reducionismos. Criam ficções de sujeitos-padrão, de ordem social e da normalidade.

Serão tais processos que demarcarão as experiências aceitas nos códigos de regimes de verdade e que destacam as expressões de vida permitidas e as não permitidas, dos discursos que definem o dito e o não dito, do mesmo modo que se construíram historicamente as distinções entre normal/patológico e que categorizam certas experiências de vidas como violações não somente às leis da sociedade, mas também às leis da natureza (FOUCAULT, 2001). Pautam-se em modelos previamente estabelecidos pelas instancias de saber/poder para manutenção da ordem estabelecida para, como efeito, desenvolver a criação de identidades fixas e de corpos úteis, dóceis e disciplinados.

Negar as dualidades e oposições binárias advindas de certa filosofia moral e modelo científico, operante na produção e reprodução de indivíduos padronizados em séries e os “fora do padrão” - o objeto de estudo e intervenção psicossocial, permite que pensemos, juntamente com Foucault (1985) os movimentos de resistências que estão presentes nestas operações.



Na problematização acerca das concepções de pessoas que tencionam, na proposta apresentada, as posições teóricas e políticas acerca do objeto de estudo tradicional da Psicologia, na intersecção com as experiências de travestilidades e transexualidades, consideramos importante destacar as categorias de gêneros e sexualidades, em suas interfaces com outros marcadores sociais da diferença, tais como, classes/cores, gerações e estilos de vida, como referenciais importantes através dos quais o poder opera. Como forma de manutenção dos sistemas de dominação, a reprodução de modelização dos gêneros e sexualidades com base em normas regulatórias, produzem referências para identidades tidas como fixas e como parte de uma ordem natural.

Através do controle dos corpos e dos desejos, os dispositivos de poder atuam de forma a tomar a materialização dos gêneros, dos corpos e das sexualidades, como elemento fundamental da experiência das pessoas. Os gêneros podem ser pensados como relacionais, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29). Ao contrário de considerar o gênero como um substantivo, noção essencialista, deveríamos pensa-lo como efeito de discursos e práticas que operam sobre os corpos das pessoas, como parte de estratégias de regulação dos prazeres e de disciplinarização dos corpos. São as vias nas quais se opera a materialização do bio-poder, efetuados em consonância com instâncias de saber que lhe garantem legitimidades.

Pensar as produções de novas expressões de gêneros e sexualidades que se configuram a partir de rupturas aos processos normatizadores, que agem sobre essas produções, garantem importantes conexões entre novas posições estético-políticas de sujeit@s, em contraposição às composições sedentárias e modelos binários de gêneros e sexualidades.

Alinhadas aos gêneros e sexualidades, temos a produção de outras categorias como classe, raça, etnia, orientação sexual, estética corporal, entre outras, que operam no sentido de gerar demarcações identitárias que, por sua vez, reforçam processos de discriminação e marginalização, intensificadas nas experiências travestis e transexuais, conforme discutido por Perez (2005; 2015).

Os gêneros que borram as delimitações predeterminadas são marcados por formas de violências e exclusão em todas as esferas do cotidiano, como operações correcionais que visam o mesmo processo regulatório, em formas mais ou menos extremadas, dando manutenção ao que Judith Butler (2003) denominou sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Indagamos em que medida as práticas em psicologia se constituem como parte da produção de sofrimentos psicossociais, a que são chamadas a responder, na medida em que corroboram com a reprodução dos



referidos modelos. Garantir-se-ia, dessa maneira, os terrenos de ação psicossocial hierarquizada pela capacidade de falar pelo outro, que participa das ações pautadas em quadros diagnósticos.

“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”, pergunta que compartilhamos com Donna Haraway (1995, p. 25), ao se questionar a violência implícita nas práticas de visualização, no poder de “ver”, e “dizer” no lugar do outro e da outra. Como parte de posicionamentos feministas, a autora mobiliza um olhar crítico sobre o paradigma tradicional de ciência que gera violência epistemológica na hierarquização da relação sujeita/sujeito-objeto. Na mesma linha de problematizações, poderíamos perguntar: com o sangue de quem foram escritos os manuais nosográficos que patologizam expressões de gêneros e que pautam a atuação d@s profissionais em saúde?

De acordo com as perspectivas *queer*, que surgem da afirmação dos lugares de dissidência em suas potencialidades políticas, consideramos a desconstrução dos tais modelos regulatórios em efetuação na produção de formas de estabelecer diferenças sexuais, modos de desejar, de desempenhar práticas sexuais e os prazeres correlato.

As referidas perspectivas, aqui, são pautadas nas conceituações e estudos que surgem no rompimento com correntes fixas, cartesianas e epistemológicas, através dos quais os estudos culturais, a filosofia e o pós-estruturalismo francês disparam tais problematizações na garantia de afirmação das diversidades, as processualidades das vidas e corpos, e a provisoriidade, assumida, aqui, como transcontemporânea.

As perspectivas são marcadas, nesta proposta, por transgredir, subverter e desestabilizar os limites das “normalidades”, ao dar visibilidade às pessoas que escapam e resistem aos poderes heteronormativos impostos na contemporaneidade. São transgressões que se organizam para confrontar as imposições sobre os desejos (PENEDO, 2008), articulando erotismos e práticas sexuais, mas também na articulação dos dispositivos gênero/sexo/corpo em parâmetros subversivos.

Tais perspectivas *queer* ganham forças a partir dos anos 80 com pesquisadoras e pesquisadores americanos e do Reino Unido que, atravessados por muitas crises e acontecimentos socioculturais, como a epidemia da AIDS, reverterem os sentidos iniciais do uso da palavra para rotular pessoas LGBTs e contrapõem tais usos produzindo discussões e ativismos potencializando o posicionamento expressivo de contestação do termo (PERES, 2013).



Acredita-se, também, que, ao reconhecer que os gêneros são criações e mecanismos de controle e regulação (BUTLER, 2004), nos posicionamos contrári@s a essas estratégias de manutenção dos essencialismos binários de sexo/gênero, pois a produção de conhecimento sobre tais expressões travestis e transexuais, somados às corporalidades, busca romper com essa supremacia e, portanto, demanda perspectivas *queer*. Mesmo porque, “posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras” (HARAWAY, 1995, p.27).

Tal posicionamento se faz pertinente como forma de trazer visibilidade “ao que escapa”: aos fluxos de vida que reivindicam processos de subjetivação singulares. Que dão passagens para devires outros. São essas experiências que pretendemos visibilizar, na medida em que contribuem para que reformulemos nossos códigos científicos e profissionais, de forma a acompanhar a produção de vida e não a reprodução de mortes.

3. Virando o jogo

A Campanha Pela Despatologização das Identidades Trans é uma campanha internacional que traz como uma das pautas a retirada das transexualidades e travestilidades dos códigos de doença oficiais (DSM e CID)⁴. Esse movimento tem levantado questões importantes que ultrapassam o debate no campo da saúde pública, quando pautam a reformulação dos modelos de atenção em saúde. É de interesse da luta emancipatória discutir a produção de saberes/poderes e prazeres que mantém lógicas reducionistas da classificação e patologização que a limita a uma dimensão biopolítica.

Em novembro de 2014, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) iniciou campanha em apoio à luta pela despatologização das Identidades Transexuais e Travestis, de maneira a contribuir com o panorama mundial de luta para afirmação dessas expressões de vida. Essa campanha parte da Comissão de Direitos Humanos do CFP como resultado da mobilização de profissionais da psicologia, pesquisadores e pesquisadoras, ativistas, pessoas transexuais e travestis que manifestam seu descontentamento e propõem um debate pautado numa política dos direitos humanos em relação aos modelos de patologização que atravessam as práticas psicossociais.

Nessa perspectiva, outra psicologia entra em cena afirmando seu viés político, laico, democrático e emancipatório que se distancia desta ideia de indivíduo – entrecortado por

4 Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria, e Código Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde. O DSM V, em sua última revisão, alterou o diagnóstico de “Transtorno de identidade de gênero” para “Disforia de gênero”.



categorias nosográficas, e se afirma enquanto políticas de expansão da vida. (PERES, 2013). Em última instância, trata-se de abarcar os modos de subjetivação experimentados por novas sujeitas e sujeitos que pedem visibilidades, respeitos e os direitos a ter direitos, assim, poder viver o exercício da cidadania e do direito fundamental à singularidade (GUATTARI; ROLNIK, 1996)

O questionamento aos sistemas modeladores de gênero é o que mais nos chama atenção nos discursos gerados nessa luta. Revela a necessidade urgente em subverter o sentido da questão. O que parece transtornado não são as expressões dissidentes, pelo contrário, mas o sistema que demonstra insuficiências em sua produtividade modelar. As experiências de travestis e transexuais se inscrevem nas fissuras dos discursos hegemônicos em suas estratégias de definição/modelação dos gêneros e das sexualidades. Nas próprias palavras do movimento:

Quando a medicina e o Estado nos definem como *transtornad@s* põe em evidência que nossas identidades, nossas vidas, transtornam o sistema. Por isso, dizemos que a doença não está em nós, mas no binarismo de gênero. (REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS, 2012, n.p., grifo do[a] autor[a])

Questionar a inconsistência dos modelos binários na construção dos gêneros é, sem dúvida, um passo importante para desconstruir as atribuições de patologia das expressões de travestilidades e transexualidades, presentes nos manuais que orientam práticas em saúde. Há um emaranhado de linhas discursivas e práticas que atuam sobre os corpos de travestis e transexuais, com objetivos de regulação, disciplina e contenção das expressões sexuais, pela qual se processarão a categorização e adequação das transexualidades e travestilidades aos termos reconhecidos para a existência dos gêneros.

“Pela diversidade dos nossos corpos e das nossas identidades” (REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS, 2012, n.p.), grito de ordem da Campanha Internacional é um grito de denuncia às estratégias de normalização. As brechas, necessárias, que surgem do conjunto de estratégias de operação do poder, no sentido de disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1988), que revelam a existência de outras vozes, dissonantes à hegemonia sexual. As dissonâncias trazem elementos importantes para a problematização dos gêneros na medida em que revelam outras possibilidades discursivas. Esse movimento de construção-desconstrução dos gêneros, segundo Larissa Pelúcio (2004), “só é possível porque existem outros discursos sendo formulados, e ainda que estejam à margem, se colocam como alternativas àquele que se pretende hegemônico” (p.133-134).



Logo, precisamos, urgentemente, de perspectivas *queer* nessa nova configuração de sociedade, visto que os posicionamentos que queremos marcar têm em vista a importância das linhas de subjetivação que atravessam as pessoas que são colocadas às margens dos direitos à vida. Ao dialogar com as produções teóricas *queer*, essas trazem elementos que, inicialmente, problematizam questões de erotismos e de práticas sexuais, mas podem ampliar tais discussões que desaguam nas potências das corporalidades e expressões travestis, pois:

Queer es un producto de presiones específicas culturales e teóricas que estructuraron debates (tanto fuera como dentro de la academia) em torno a la identidad, como un intento de avanzar em los planteamientos identitarios a partir de un análisis más em profundidad de la subjetividad y los procesos de subjetivación em la línea planteada por Michel Foucault, Herbert Marcuse, Norbert Elias o Robert Castel, que coinciden com uma voluntad común de explicar, y tratar de superar, dimensiones irracionales de nuestra vida social que tienen que ver com determinados códigos teóricos, instituciones y poderes legitimados muchas veces em nombre de la científicidade (PENEDO, 2008, p.115).

Essas multiplicidades de articulações entre desejos, práticas e expressões sexuais e de gêneros possíveis, desejantes e desejadas pelas pessoas em suas trajetórias de vida, não mantêm necessária relação de continuidade no sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, de acordo com as proposições de Butler (2003). Uma relação de continuidade e coerência nesse sistema ofereceria condições que apresentam inteligibilidade, ou seja, reconhecimentos dos gêneros aos pressupostos para identidades masculinas ou femininas.

Para o “bom” funcionamento desse sistema, na construção de sexualidades inteligíveis, há de se manter as relações de continuidade e coerência. Para a autora, de forma crítica “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2003, pg. 39). Desse modo, são as incoerências e descontinuidades na regulação das normas de gênero, pelos seus efeitos perturbadores, que mais corajosamente questionam esse modo de produção.

A aposta na desconstrução de gênero, movimentada pelos estudos *queer*, traz contribuições importantes na procura de narrativas alternativas aos estatutos de normalidade que geram patologização das identidades dissidentes. Para Paul B. Preciado, “podemos entender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (PRECIADO, 2011, p. 12).



A transgressão das fronteiras de gênero, para Pelúcio (2004), ocorre a partir das transformações realizadas no processo de construção dos corpos travestis e transexuais. El@s cometem essa transgressão, mesmo sem o saber. Ao fazer isso, colocam em debate, em suas corporalidades, a naturalização das sexualidades e dos gêneros. As travestis “são o que construíram, essa é sua “natureza”. Não uma natureza anatômica, mas a do saber e do desejo” (PELÚCIO, 2004, p. 138).

As expressões dissidentes se tornam potencializadoras de posições de sujeitas e sujeitos em relação à produção dos gêneros, sexualidades e desejos, que nos permitem problematizar sobre a emergência de outros discursos possíveis que façam sentido em experiências de vida singulares. Ou seja, a garantia de novos sujeitos e sujeitas de direitos.

4. Saúde mental

A opção em resgatar as expressões dissidentes e tomá-las como vetores de potencialidades se coloca como dilema ético-estético-político para as práticas em psicologia e cumpre uma tarefa urgente na medida em que consideramos os processos de exclusão e de estigmatização que são submetidas às pessoas que constroem seus gêneros, sexualidades, desejos e práticas sexuais de forma marginal às normas regulatórias.

Os processos de construção dos gêneros, indicados como constituintes na produção das pessoas, e aliançadas com outros atravessadores que se referem aos marcadores sociais de classe, raça/cor, etnia, estética corporal, orientação sexual, entre outros, demarcam a arena na qual propomos a problematização sobre os processos de despatologização das identidades trans, para rever os protocolos de atendimento, práticas profissionais, relacionamento entre trabalhador@s e usuári@s, programas e investimentos, todos fatores demarcados por dispositivos de saber/poder que constituem o campo da saúde mental e integral.

Conforme vem sendo apresentado por Peres (2011) em relação à atenção em saúde de travestis e transexuais, a ausência de programas de saúde voltados às suas demandas específicas tem marcado a relação dessa população com os serviços públicos. Do mesmo modo, é destacada a ausência de pesquisas específicas sobre as realidades vividas por ess@s usuári@s, de maneira a garantir modelos de atenção, que se pautem em demandas reais e que necessitam de acompanhamento específico. Tais considerações sobre esse quadro político reapresentam-se como problemáticas a serem enfrentadas no Sistema Único de Saúde (SUS) pela Política



Nacional de Saúde Integral de lésbicas gays, bissexuais, travestis e transexuais, do Ministério da Saúde, instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011, que visa orientar ações de saúde integral para a população LGBT (BRASIL, 2013).

A ausência de estudos específicos dificulta o planejamento de ações que abordem fatores que se configuram como demandas da saúde pública. Dentre os vários exemplos, citados por Peres (2011), se encontram a autoprescrição de hormônios sem avaliação laboratorial e acompanhamento profissional, o uso abusivo de silicone industrial na transformação de seus corpos, a falta de acompanhamento nos processos de hormonioterapia. Esses são exemplos que demonstram os desafios que obstaculizam à atenção em saúde integral de travestis e transexuais. Representam, acima de tudo, a ausência de olhares nas políticas públicas para a população travesti e transexual na configuração das relações dest@s usuári@s com as práticas em saúde.

As transfobias que compõem os cotidianos de travestis e transexuais acompanham, de alguma maneira, as formas de atenção da saúde pública a essa população e se demonstram desde os contatos iniciais. Destacamos o uso do nome social⁵ que, conforme relatos de travestis e transexuais participantes da pesquisa, é destacado como um fator extremamente importante na caracterização do modo de relação com est@s usuári@s.

A “sala de espera” dos serviços de saúde é um cenário já bastante representado midiaticamente como parte das problemáticas do SUS, em relação ao tempo de espera e à demanda de atendimentos em relação ao número de profissionais e condições estruturais, entre outros aspectos. Em nossa discussão traz outra questão que se faz pertinente. Destacamos os sentimentos de ansiedade e angústia vividos por travestis e transexuais durante o tempo de espera, gerados pela incerteza de serem chamadas pelos profissionais por seus nomes sociais. Quando chamad@s por seus nomes de registro, relatam a estranheza percebida nos olhares de usuári@s que compartilham a situação da espera.

Destacamos essa situação como um relevante contexto sobre o contato inicial dest@s usuári@s com os serviços de saúde. A utilização dos nomes de registro, preterindo o nome social, demonstra mais que o despreparo d@s profissionais, ou limitações de protocolos e procedimentos de atendimento. Constituem uma espécie de violência primária na medida em

⁵ A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2011), instrui o respeito ao uso do nome social e seu registro em campo específico nas fichas e prontuários d@s usuári@s. A Carta foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua 198ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de junho de 2009. Este documento visa garantir acesso universal e igualitário, e garantir um atendimento livre de qualquer discriminação (BRASIL, 2011).



que, desde os contatos iniciais, promovem a negação de formas de vida que objetiva atender, não concedendo permissão social para essas pessoas serem tratadas conforme seus desejos e direitos políticos como cidadãs e cidadãos.

As práticas psicossociais, que configuram o campo da saúde, também se encontram marcadas por essas formas de negação. A dificuldade de operacionalização de perspectivas de saúde mental sob o modelo da saúde coletiva, de práticas mais voltadas à promoção de saúde, da concepção de doença e saúde, em suas procesualidades, de uma visão integral d@s usuári@s, que promovam o resgate da historicidade e das geografias na produção de doenças, entre outros aspectos, constituem-se grandes desafios na desconstrução de modelos de atenção biomédicos e especializadas, despolitizando os atravessamentos éticos das instâncias de atendimento de saúde pública.

Mais especificamente, no campo da saúde mental, essas problemáticas adquirem maiores dimensões visto que são atravessadas pelas problematizações sobre os processos de patologização tratados neste texto. Se “buscar alívio para suas dores físicas já é difícil, buscar atenção para as suas dores existenciais se torna quase impossível” (PERES, 2011, p. 70). Uma série de estados emocionais como depressão, ou quadros de ansiedade e pânico, entre outros exemplos, vivenciados por travestis e transexuais como decorrências às vulnerabilidades geradas pelas mais diversas formas de transfobias, denunciam a falta de atendimento para suas demandas psicossociais:

Os sintomas psicológicos mais frequentes que temos observado dizem respeito a crises de ansiedades, angústias e quadros graves de depressão, que muitas vezes levam as travestis a recorrer ao uso abusivo do álcool e das drogas, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização, violências, exclusão e morte, assim como de exposições a infecções às hepatites, as DST e HIV (PERES, 2011, p.99).

Ou seja, os princípios que orientam o SUS apontam para uma perspectiva de atenção à saúde que contemplem a integralidade das ações em saúde, em face à visão integral dos usuários, procurando respeitar a dignidade humana. No entanto, percebemos que ainda são mantidas as visões que segmentarizam, repartem, classificam, diagnosticam e patologizam essas pessoas.

Essa noção, aliada aos princípios de universalidade, que garante a tod@s cidadã(o)s, sem discriminação, o direito ao atendimento de acordo com suas necessidades, e equidade, que exige o reconhecimento de processos históricos de exclusão social, que produzem a marginalização de grupos sociais frente aos marcadores sociais de diferença, parecem não funcionar tão bem assim,



dados aos cenários e discursos presentes nas pesquisas realizadas com essas populações que dialogam, eticamente, com esses movimentos sociais.

Considerar as problemáticas sociais como atravessadores dos processos de saúde-doença nos orienta no caminho de pensar nos elementos que criam condições de vulnerabilidade dessa população. Pensar em termos de vulnerabilidade permite que se desloque dos sujeitos/sujeitas o olhar sobre a patologização e os redirecione para as “patologias” dos sistemas sociais, políticos e culturais que criam, nos processos de saúde e doença, configurações de vulnerabilidades.

O que adoce, dessa maneira, são processos de exclusão que reforçam discriminações na medida em que negam ou dificultam o acesso aos serviços públicos (de saúde, educação, cultura, etc.), entendidos como direitos constitucionais. Dessa maneira, o que precisa ser objeto de intervenção são os mecanismos de acesso na busca por promover alterações nesse quadro para efetivação de direitos.

Podemos, então, questionar: de que maneira têm se posicionado as Psicologias diante de tais desafios? Sabemos que existem muitos esforços de profissionais e coletivos de ativismo e militância no campo da saúde que têm mobilizado problematizações acerca dos atuais quadros de atuação. No entanto, e correspondendo aos objetivos aqui propostos, nos cabe insistir na provocação acerca dos modelos de formação e atuação psicossociais.

O princípio de integralidade deveria propor uma linha transversal que permitisse conexões entre as ações que se desenrolam no campo da saúde pública (PASINI; GUARESCHI, 2010). A transversalidade consideraria, nesse caso, um amplo conjunto de ações, dos serviços e de ações mobilizadas pelas reivindicações dos movimentos sociais que, no exercício do controle social, compromete-se com projetos de mudanças. Transformações são demandadas em vários contextos: na reivindicação de politização da formação profissional, nos quadros de referência teórico-metodológicos das Psicologias, nas produções científicas, nos esquemas de patologização, nas disputas entre modos de construção do campo de saúde, nas interações sociais cruzadas com diferentes formas de racismos, machismos, transfobias.

Nesse sentido, pautamos a integralidade dos eixos disparados nessa discussão. As experiências de travestilidades e transexualidades, a formação em Psicologia, as práticas profissionais e a necessidade de revisão dos esquemas de patologização atuantes no campo de saúde mental formam um enlace necessário para os processos de despatologização das



expressões trans na problematização sobre um olhar emancipatório ampliado sobre as formas e potências de vidas e sobre a formação e ação psicossocial.

Por fim, partilhamos a necessidade da criação de práticas em Psicologia atravessadas por perspectivas *queer*, aqui destacadas como uma postura voltada para desconstrução de modelos de pensamento reducionista, e voltar-se à experiência das pessoas de modo não binário, não sedentário e, por consequência, não normativo. Esta Psicologia, conforme Peres (2013), precisa reconhecer seu viés político e emancipatório e, em meio às crises de paradigmas postos na transcontemporaneidade, possa assumir posicionamentos de transformação social, voltados às demandas ético-estético-políticas relativas aos direitos das sujeitas e sujeitos, principalmente ao direito fundamental à singularidade.

Referências

- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos nômades*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- _____. *Transposiciones: sobre la ética nómada*. Barcelona: Gedisa, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Deshacer el género*. Barcelona: Edições Paidós Ibérica, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1997. v.5
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Anti-Édipo: introdução à vida não-facista*. *Cadernos de Subjetividade/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*. São Paulo. v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.
- PASINI, Vera; GUARESCHI, Neuza. A emergência do SUS e as necessidades de reconfigurações no mundo do trabalho em saúde. In: GUARESCHI, Neuza et al. (org.). *Psicologia, formação, política e produção em saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 118-140.



PELÚCIO, Larissa. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Recife, v. 15, n. 1, p. 123-154, 2004.

PENEDO, Susana López. *El labirinto queer: la identidad en tiempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.

PERES, Wilian Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania*. Tese de Doutorado em Psicologia. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005.

_____. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos político. SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira Sabatine; MAGALHÃES, Boris Ribeiro (orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. Psicologia e políticas queer. In: FILHO, Fernando S.T.; PERES, Wilian S.; RONDINI, Carina A.; SOUZA, Leonardo L (orgs.). *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*. Cuiabá: Ed. FMT, 2013.

_____. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2015.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. vol. 19, núm. 1, janeiro-abril, pp. 11-20, 2011.

REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS (Stop Trans Pathologization-2012). *Manifesto*. Disponível em: <www.stp2012.info>. Acesso em: 14 de março de 2011.

